

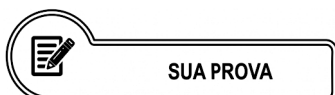
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

01113 – ANALISTA LEGISLATIVO - ENGENHARIA AMBIENTAL – TIPO A

Frase: A motivação impulsiona o desempenho.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

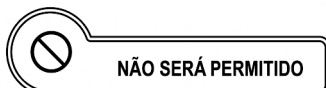
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



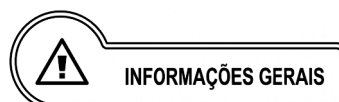
TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e das questões discursivas para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Farmar Aura: Pertencimento e juventude na Era Digital

Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso. Pois bem. A expressão combina um termo usado pelos jogadores ou *gamers* (farmar, vem do verbo em inglês *to farm*, cultivar em uma fazenda, mas nos jogos é usado como sinônimo de acumulação de recursos), somada a uma palavra ligada ao campo do simbólico (aura, ou atmosfera transmitida por alguém), revelando muito mais do que uma simples brincadeira. Ela oferece uma oportunidade para compreendermos como a linguagem se transforma, como os grupos sociais constroem identidades coletivas e como as novas gerações produzem seus próprios códigos culturais.

As gírias podem ser consideradas como sinais de empobrecimento da língua, mas representam um fenômeno complexo e profundamente humano. São manifestações da criatividade linguística, da necessidade de pertencimento e dessa renovação cultural da sociedade. Nas redes digitais, percebe-se o fluxo contínuo de novas palavras, expressões e significados.

Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso. Porque ela não só descreve a realidade, mas participa da sua construção.

O filósofo e teórico russo Mikhail Bakhtin defendia que toda palavra nasce em um contexto social e carrega marcas dos seus interlocutores. Para ele, a linguagem é dialógica, a partir de diferentes vozes, perspectivas e experiências. É necessário compreender quem fala, para quem fala e o contexto da fala. Nenhuma palavra é neutra, todas trazem valores, memórias e significados.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender por que as gírias estão sempre surgindo. Elas não são desvios da língua, são criações de novos sentidos para acompanhar os novos tempos e as transformações sociais. Quando jovens utilizam expressões como “farmar aura”, não estão apenas criando uma moda passageira; estão criando um discurso com elementos da cultura digital desse tempo de jogos eletrônicos e das redes sociais; criando expressão que comunicam experiências.

As gírias sempre existiram. Cada geração desenvolveu seu próprio repertório: bacana, legal, maneiro, massa ou irado foram, em algum momento, expressões específicas de grupos e tribos. O que mudou nas últimas décadas foi a velocidade que circulam essas novidades. Antes, uma gíria podia levar anos para se espalhar por uma região ou país, mas atualmente, uma expressão criada no meio virtual pode se difundir em questão de dias.

As plataformas digitais funcionam como laboratórios permanentes de criação linguística. Influenciadores, criadores de conteúdo, jogadores, músicos e usuários comuns produzem diariamente novas palavras que circulam em vídeos, memes, comentários e mensagens instantâneas. As palavras estão vivas, se reinventando a cada geração, ganhando novos significados de acordo com as mudanças culturais e tecnológicas. Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém, e por aí vai. A linguagem contemporânea está rápida e dinâmica, o que reflete a própria velocidade das interações digitais.

Minha compreensão desse fenômeno não vem apenas da leitura de autores que estudam a linguagem. Ela também nasce da convivência cotidiana com meu filho Matias, de 12 anos. Foi por meio dele que ouvi pela primeira vez expressões como “farmar aura” e tantas outras que surgem e desaparecem com rapidez nas redes sociais.

Num primeiro momento, essas expressões podem soar estranhas para quem pertence a outra geração. Porém, ao observá-las mais atentamente, percebi que elas cumprem uma função importante na construção das relações entre os adolescentes. Mais do que palavras, elas representam formas de acolhimento, reconhecimento, pertencimento e compartilhamento de experiências. Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais. Os jovens se identificam entre si, constroem referências comuns e expressam suas vivências nesse mundo conectado virtualmente.

Essa experiência em casa me levou a compreender que, muitas vezes, os adultos podem observar as transformações da linguagem com desconfiança, quando talvez deveriam enxergá-las também como oportunidades para compreender melhor essas novas gerações. Em vez de representar uma ameaça à língua, percebemos que a invenção de novas expressões revela a criatividade e a vitalidade da cultura juvenil.

A linguagem desempenha papel fundamental na adolescência, que é um período marcado pela busca de identidade. Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem. Quando adolescentes utilizam as mesmas gírias, buscam identificação, demonstram familiaridade com um conjunto comum de referências culturais. Funciona como uma espécie de senha simbólica que comunica esse pertencimento a um grupo.

Além disso, as gírias fortalecem vínculos afetivos. Piadas internas, memes e formas específicas de falar criam um sentimento de proximidade que favorece a formação de amizades e comunidades, construindo laços sociais. Entretanto, a linguagem não é apenas um instrumento de integração. Ela também pode produzir distinções e exclusões.

Nesse âmbito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu demonstrou que diferentes formas de falar possuem valores distintos dentro da sociedade. Segundo ele, existe aquilo que chamou de capital linguístico: determinadas maneiras de se expressar são mais

valorizadas socialmente do que outras. Essa reflexão ajuda a compreender por que algumas gírias são celebradas enquanto outras são estigmatizadas. Muitas vezes, os julgamentos sobre a linguagem não estão relacionados à qualidade das palavras em si, mas aos grupos sociais que as utilizam.

Ademais, as próprias gírias podem funcionar como mecanismos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os mesmos códigos, podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece. Assim, a linguagem revela-se um espaço de negociação constante entre identidade, poder e reconhecimento social.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. Segundo Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, as gírias juvenis não devem ser vistas apenas como fenômenos da linguagem, mas como expressões de uma geração que busca interpretar sua realidade e construir formas próprias de comunicação. Ao criar novas palavras, os jovens não estão apenas modificando a língua. Estão também produzindo novas maneiras de compreender suas relações sociais, seus valores e suas experiências no mundo.

As gírias constituem muito mais do que modismos passageiros. Elas revelam processos profundos de transformação cultural, construção de identidade e interação. Expressões como *farmar aura* demonstram como a linguagem acompanha as mudanças tecnológicas e culturais de cada época, incorporando referências dos jogos eletrônicos, das redes sociais e da vida digital. Ao mesmo tempo, mostram como os jovens utilizam a criatividade linguística para fortalecer vínculos, construir pertencimento e expressar novas formas de ver o mundo.

Autores como Bakhtin, Bourdieu e Paulo Freire ajudam a compreender que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.

Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade. Afinal, uma língua viva é aquela que continua sendo criada por seus falantes. E, nesse processo permanente de invenção, cada geração deixa sua marca na história da linguagem.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/farmar-aura-pertencimento-e-juventude-na-era-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2026. Adaptado.

1. A respeito da função coesiva que o termo “segundo” desempenha em 1 e em 2 a seguir, marque a alternativa correta.

“**Segundo**¹ o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. **Segundo**² Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.”

- (A) O termo “segundo” em 1 atua como elemento de coesão intraparágrafa, introduzindo uma moldura enunciativa de autoridade para o enunciado subsequente, enquanto o “segundo” em 2 retoma o mesmo referente no interior do parágrafo, reforçando a coesão interna sem estabelecer conexão interparágrafa relevante.
- (B) O termo “segundo”, em ambos os casos, atua como operador argumentativo de alcance interparágrafa, estabelecendo relação de citação de autoridade que organiza a progressão global do texto, vinculando as informações ao discurso do autor citado e orientando a interpretação de todo o conjunto textual.
- (C) O termo “segundo”, nas duas ocorrências, exerce função exclusivamente referencial, sem valor coesivo, funcionando apenas como marcador de autoria, sem interferir na progressão argumentativa ou na organização sintática do período.
- (D) Os empregos de “segundo” em 1 e em 2 constituem operadores argumentativos de valor interparágrafa, responsáveis por articular blocos textuais distintos e garantir a progressão temática entre parágrafos, funcionando como elementos de retomada e expansão do ponto de vista do autor Paulo Freire.
- (E) O termo “segundo” em 1 apresenta função interparágrafa por introduzir a autoridade de Paulo Freire como base argumentativa do texto, enquanto o “segundo” em 2 desempenha função intraparágrafa de retomada anafórica, atuando apenas como recurso de reforço estilístico sem impacto na coesão estrutural do período.

2. “Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais.”

Desempenha a mesma função sintática do termo realçado anteriormente, o trecho destacado em:

- (A) “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas.”
- (B) “E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”
- (C) “[...] podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece.”
- (D) “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”
- (E) “[...] mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.”

3. Tendo por base a oração “As gírias sempre existiram”, aponte a alternativa correta, dentre os itens a seguir, acerca da norma-padrão do processo de concordância verbal.

- (A) Hão de existir sempre gíria.
- (B) Há de haver sempre gírias.
- (C) Há de existirem sempre gírias.
- (D) Hão de haverem sempre gírias.
- (E) Há de poderem haver sempre gírias.

4. “Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso.”

A respeito das relações sintáticas estabelecidas entre as orações do período antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “para transmitir informações” subordina-se à oração principal, exprimindo a finalidade da ação de **demonstrar**.
- (B) A oração “que ela é muito mais do que isso” subordina-se diretamente à oração concessiva, estabelecendo com ela uma relação de conclusão.
- (C) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” completa o sentido do substantivo **ideia**, integrando a oração concessiva; por sua vez, a oração reduzida “para transmitir informações” exprime a finalidade atribuída ao termo **instrumento** mencionado na oração anterior.
- (D) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” subordina-se diretamente à oração principal, exercendo a função de objeto direto do verbo **existir**.
- (E) A oração “que ela é muito mais do que isso” exerce a função de complemento nominal do substantivo **ideia**, enquanto a oração iniciada por **por mais que** exprime condição.

5. “Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”

Acerca da formação do vocábulo farmar, é correto afirmar que:

- (A) O vocábulo farmar exemplifica um caso de hibridismo, uma vez que resulta da combinação de elementos pertencentes a línguas distintas na formação de uma única palavra.
- (B) O emprego de farmar caracteriza um processo de siglônização, pois transforma uma unidade lexical estrangeira em uma forma pronunciável e adaptada ao português.
- (C) O vocábulo farmar constitui um neologismo lexical e semântico, pois, além de introduzir uma nova unidade vocabular no português, amplia o significado já existente do radical farm-, adaptando-o ao contexto dos jogos eletrônicos.
- (D) No contexto em que é empregado, farmar exemplifica um caso de braquissmia contextual, pois seu significado é recuperado pela situação comunicativa, correspondendo ao sentido originalmente atribuído ao verbo no inglês.
- (E) O vocábulo farmar resulta de um processo de lexicalização de um empréstimo linguístico, em que uma base inglesa é integrada ao sistema verbal do português por adaptação morfológica, constituindo, assim, um neologismo lexical.

6. “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

Atente-se à estrutura da palavra vitalidade para indicar o item correto a seguir.

- (A) O sufixo -idade é um alomorfe de -al, pois ambos atuam na derivação de palavras abstratas, sendo responsáveis pela transposição de substantivos em adjetivos por meio de adaptação fonológica regressiva.
- (B) A palavra *vitalidade* resulta de um processo de aglutinação, no qual ocorre apagamento de segmentos intermediários, por interferência morfofonológica e consequente reorganização do radical lexical.
- (C) A palavra *vitalidade* apresenta estabilidade morfológica na base lexical em relação à raiz vid- e não alomorfa, pois o radical vit- mantém sua forma invariável em todas as derivações do português, como se observa em *vitalismo* e *vitalina*.
- (D) O segmento -al- em *vitalidade* constitui um alomorfe do sufixo -idade, uma vez que ambos exercem a função de derivar substantivos abstratos a partir de bases adjetivais, havendo redução morfofonológica do sufixo em contextos específicos.
- (E) O fenômeno da alomorfa em *vitalidade* ocorre no radical vit-, que se expande para vital- em razão de interferência morfofonológica condicionada pelo sufixo -idade, caracterizando um ajuste sonoro entre base e afixo na formação do vocábulo.

7. “Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem.”

Como em “a qual grupo pertencem”, a relação regencial também respeita a norma-padrão na alternativa:

- (A) A cidade na qual chegaram estava sem iluminação pública.
- (B) Seus relatos implicam em que circunstâncias tudo ocorreu.
- (C) A moça a cuja mãe me referi foi minha aluna.
- (D) O projeto que mais confiávamos foi arquivado antes da votação.
- (E) O cargo que ele mais aspirava acabou sendo ocupado por outro candidato.

8. “Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém.”

Acerca da estrutura sintática das orações do período em voga, marque a alternativa correta.

- (A) Os infinitivos presentes no trecho introduzem orações subordinadas substantivas subjetivas reduzidas de infinitivo.
- (B) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem simultaneamente as funções de sujeito e de predicativo do sujeito, em razão de sua natureza nominal.
- (C) A substantivação do infinitivo impede que ele mantenha propriedades verbais, razão pela qual os termos “alguém”, “um conteúdo” e “as redes sociais de alguém” não exercem função sintática em relação aos infinitivos.
- (D) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem a função de sujeito das respectivas orações, ao passo que os infinitivos “rejeitar”, “espalhar” e “investigar” são os núcleos das orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de predicativo do sujeito.
- (E) As construções “rejeitar publicamente alguém”, “espalhar um conteúdo rapidamente na internet” e “investigar as redes sociais de alguém” exercem função de objeto direto oracional dos verbos “virar” e “ser”, por ter função integrante próprias de complementos.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: **C = Z N E O**.

I. [...] o educador brasileiro Paulo Freire também oferece contribuições valiosas para essa discussão.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. [...] Resolveram os alunos as questões?

- (A) C = Z N O E.
- (B) C = N Z O E.
- (C) C = N O Z E.
- (D) C = Z O N E.
- (E) C = N Z E O.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, indique a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática canônica seguinte deve ser representada graficamente.

“[...] gírias fortalecem vínculos afetivos.”

- (A) ● ← ★ → ● ← ◆
- (B) ★ ← ● → ● ← ◆
- (C) ● → ★ ← ● ← ◆
- (D) ● → ★ → ● ← ◆
- (E) ◆ ← ● ← ★ ← ●

Noções de Informática

11. Uma equipe administrativa de um órgão público mantém documentos institucionais armazenados em uma estrutura hierárquica de diretórios compartilhados. Para facilitar o acesso a relatórios frequentemente utilizados, os servidores criam atalhos em diferentes locais do sistema operacional, evitando a duplicação desnecessária de arquivos e reduzindo o consumo de espaço de armazenamento.

A organização adequada de arquivos, pastas e atalhos constitui uma prática essencial para a gestão eficiente da informação em ambientes computacionais. Em sistemas operacionais modernos, a distinção entre o objeto original e os mecanismos de acesso a ele influencia diretamente atividades de armazenamento, movimentação e manutenção de documentos.

Considerando os conceitos de arquivos, diretórios e atalhos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao uso de atalhos.

- (A) Um atalho consiste em um elemento de referência que aponta para um objeto existente, permitindo acesso ao recurso sem representar uma cópia integral de seu conteúdo.
- (B) Um atalho corresponde a uma réplica sincronizada do arquivo original, preservando permanentemente os dados mesmo após a exclusão do recurso referenciado.
- (C) Um atalho representa um diretório especial utilizado para armazenar versões históricas de documentos, mantendo independência em relação ao arquivo associado.
- (D) Um atalho constitui um mecanismo de compactação automática que reduz o tamanho do arquivo original sem alterar sua localização lógica no sistema.
- (E) Um atalho corresponde a um arquivo executável autônomo capaz de reconstruir integralmente o conteúdo do recurso associado quando este for removido.

12. A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado o uso de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Em processos administrativos eletrônicos, contratos, pareceres técnicos e despachos podem ser assinados e armazenados digitalmente, reduzindo custos operacionais e aumentando a rastreabilidade dos atos administrativos. Para que tais documentos possuam validade jurídica e técnica, mecanismos criptográficos são empregados para garantir propriedades específicas de segurança da informação. Considerando os conceitos de assinatura digital e os princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade técnica proporcionada pelo mecanismo de assinatura digital em um documento eletrônico.

- (A) Garantir que o conteúdo permaneça armazenado em ambiente criptografado, independentemente do sistema utilizado para sua transmissão ou arquivamento.
- (B) Possibilitar a verificação da autoria e da integridade do documento, permitindo identificar alterações realizadas após o processo de assinatura.
- (C) Assegurar que somente usuários previamente autorizados consigam visualizar o documento, mesmo quando armazenado em repositórios públicos.
- (D) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por meio da aplicação automática de controles de acesso baseados em certificados.
- (E) Eliminar a necessidade de mecanismos complementares de autenticação em sistemas corporativos que utilizem certificados digitais.

13. Em processos de inteligência organizacional, planilhas eletrônicas são frequentemente utilizadas para consolidar informações provenientes de múltiplas fontes de dados. No ambiente corporativo e governamental, tornou-se comum a importação de conjuntos de dados externos, seguida de operações de transformação, classificação, filtragem e análise automatizada. As versões mais recentes do Microsoft Excel incorporam recursos capazes de estabelecer conexões com arquivos, bancos de dados, páginas web e outros repositórios, permitindo a atualização periódica das informações sem necessidade de redigitação manual.

Considerando os recursos de obtenção e tratamento de dados disponíveis no Microsoft Excel M365, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada à importação de dados externos para uma planilha.

- (A) A importação de dados externos converte automaticamente todas as informações obtidas em valores estáticos, impossibilitando qualquer atualização posterior da origem consultada.
- (B) A obtenção de dados externos exige que todas as informações sejam previamente convertidas para o formato XLSX, independentemente da tecnologia utilizada na origem.
- (C) A atualização de dados provenientes de fontes externas depende exclusivamente da execução de macros VBA, não podendo ser realizada por recursos nativos da plataforma.
- (D) A conexão com fontes externas permite recuperar dados periodicamente a partir da origem configurada, preservando regras de transformação definidas durante o processo de importação.
- (E) A classificação de registros importados somente pode ser realizada após a conversão integral dos dados em tabelas dinâmicas vinculadas à fonte original.

14. A utilização de serviços digitais no setor público e privado depende do funcionamento integrado de diversos protocolos da Internet. Embora o usuário normalmente interaja apenas com navegadores e páginas web, existe uma infraestrutura lógica responsável pela localização de recursos, estabelecimento de conexões e transferência segura de informações entre dispositivos distribuídos em diferentes redes.

Durante o acesso a um portal institucional por meio do endereço eletrônico <https://www.exemplo.gov.br>, diferentes componentes participam do processo de localização e disponibilização do conteúdo solicitado ao usuário. Considerando os conceitos de URL, protocolos e serviços da Internet, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função associada a um desses componentes.

- (A) O domínio presente no endereço eletrônico corresponde ao mecanismo responsável por criptografar os dados transmitidos entre o navegador e o servidor remoto.
- (B) O protocolo HTTPS atua como um serviço de resolução de nomes, convertendo automaticamente domínios da Internet em endereços físicos de armazenamento.
- (C) A URL identifica um recurso disponível na rede e pode incluir informações como protocolo de acesso, domínio e localização específica do conteúdo solicitado.
- (D) O navegador substitui integralmente os serviços de rede durante a navegação, assumindo as funções de resolução de nomes e hospedagem das páginas acessadas.
- (E) O hiperlink representa um protocolo de comunicação responsável pelo transporte dos dados entre dispositivos conectados à Internet.

15. A adoção de soluções baseadas em inteligência artificial tem se expandido em órgãos públicos de diferentes esferas governamentais. Ferramentas capazes de gerar textos, resumir documentos, apoiar pesquisas e auxiliar na análise de informações vêm sendo utilizadas para aumentar a produtividade e apoiar atividades administrativas. Nesse contexto, a qualidade dos resultados produzidos por sistemas de IA generativa está diretamente relacionada à forma como as instruções são fornecidas ao modelo.

Considerando os conceitos básicos de inteligência artificial generativa e as técnicas de elaboração de prompts, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica associada à construção de instruções eficazes para obtenção de respostas mais aderentes ao objetivo pretendido.

- (A) A utilização exclusiva de comandos extremamente curtos reduz a necessidade de interpretação do sistema e garante uniformidade dos resultados produzidos.
- (B) A repetição sucessiva da mesma instrução substitui a necessidade de detalhamento dos requisitos e assegura respostas equivalentes em diferentes cenários.
- (C) A formulação de solicitações genéricas elimina ambiguidades de interpretação e favorece a produção de conteúdos especializados e contextualizados.
- (D) A especificação de restrições e critérios de saída reduz a capacidade de processamento do modelo e compromete a qualidade das respostas geradas.
- (E) A definição clara do contexto, da tarefa esperada e do formato desejado para a resposta tende a aumentar a precisão dos resultados produzidos pelo sistema.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Aduz o Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE (Resolução nº 783/2026) que a designação ou nomeação de servidores para funções essenciais à gestão de contratações, tais como agente de contratação, equipes de apoio, gestor e fiscal de contratos, fica condicionada à verificação prévia de integridade e de impedimentos legais. A verificação abrangerá, no mínimo:

- (A) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos cinco exercícios fiscais; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (B) Certidão de cruzamento de informações, com auxílio do Departamento de Gestão de Pessoas, da Central de Contratações e do Departamento de Administração, com cadastros de fornecedores e registros de contratações da Assembleia, a fim de identificar recorrência de relações com potenciais impactos na imparcialidade; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (C) Apresentação, pelo indicado, de declaração de inexistência de impedimentos administrativos, cíveis, eleitorais e penais, incluindo inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (D) Autorização da Comissão Permanente de Ética e Inquérito Administrativo e do Departamento de Gestão de Pessoas, quando houver indícios de conflito de interesses ou descumprimento de dever de declaração; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (E) Declaração prévia e individual do servidor, antes de integrar equipe de planejamento, comissão, subcomissão, equipe de apoio, pregoaria, gestão ou fiscalização contratual, quanto à inexistência de impedimento ou à existência de vínculos referidos; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.

17. Ensina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que a garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento, define corretamente o conceito de:

- (A) Transparência.
- (B) Responsabilização.
- (C) Integridade.
- (D) Qualidade dos dados.
- (E) Livre acesso.

18. Nas lições da Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará), o estágio probatório é o triênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público. Sobre o tema, assinala-se corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para aperfeiçoamento do servidor, promovidos pela Administração, serão de participação voluntária, sempre que forem realizados fora do horário regular de serviço.
- (B) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (C) A avaliação especial de desempenho do servidor será realizada ordinariamente, diante da ocorrência de algum fato dela motivador.
- (D) O servidor em estágio probatório fará jus à ascensão funcional.
- (E) O estágio probatório independe do processo seletivo, devendo ser obrigatoriamente supervisionado pela Comissão específica.

19. Resolve a Resolução nº 751/2022 que são atribuições do primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria-Geral; colaborar na execução do Regimento Interno; dentre outros.
- (B) Fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia; organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos deputados; dentre outras.
- (C) Superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo; receber o deputado que venha prestar compromisso; dentre outras.
- (D) Dirigir a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública na área de segurança da Assembleia Legislativa; substituir o vice-presidente em seus impedimentos e suas ausências; dentre outras.
- (E) Convocar os suplentes de deputados nos casos de licença ou de vaga; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma do Regimento; dentre outras.

20. Aduz a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da ALECE) que a gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, será atribuída por Ato da Mesa Diretora aos servidores em efetivo exercício dos cargos/funções em atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, nas unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo, conforme regulado em Ato Normativo. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) A gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, corresponderá a 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento base do servidor e será concedida a partir da publicação do Ato concessivo expedido pela Mesa Diretora, com efeitos financeiros a partir da data de protocolo do requerimento.
- (B) Somente poderão ser designados novos servidores para lotação em unidades da estrutura organizacional que possuam atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, mediante voluntariedade do servidor.
- (C) O valor da gratificação de que trata o Regimento dependerá do grau de complexidade das atribuições, conforme os níveis e padrões estabelecidos legalmente.
- (D) O servidor que percebe a gratificação de que trata o Regimento perderá o direito à sua percepção quando afastado das suas funções na unidade administrativa e/ou da atividade considerada insalubre ou preclusa, incluindo-se os casos de aposentadoria, férias e licença para tratamento de saúde.
- (E) A gratificação por execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, integrará a base de contribuição previdenciária e será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que seja comprovado o efetivo exercício do servidor em atividades insalubres e/ou preclusas, por período de 5 (cinco) anos ininterruptos ou 10 (dez) anos intercalados, em caso de utilização das regras de transição para a aposentadoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Considerando o artigo 4º da lei supracitada, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, um de seus objetivos.

- (A) A definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo somente aos interesses da União.
- (B) Desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso irracional de recursos ambientais.
- (C) Imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- (D) Elaboração de tecnologias de manejo do meio ambiente, resguardando dados e informações ambientais sensíveis.
- (E) Preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, de forma a priorizar o crescimento econômico.

22. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) é um documento técnico cuja elaboração está prevista pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). No que diz respeito à elaboração do PGRS, é correto afirmar que:

- (A) A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos obsta o gerador da elaboração, implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- (B) Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os responsáveis por atividades agrossilvipastoris, independente de exigência pelo órgão competente.
- (C) Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço que gerem resíduos não perigosos, mesmo que de composição ou volume equiparados aos resíduos domiciliares, devem gerar o PGRS.
- (D) O plano de gerenciamento de resíduos sólidos precisa conter informações como diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados.
- (E) O PGRS não precisa conter metas e procedimentos relacionados à reutilização, reciclagem ou minimização da geração de resíduos sólidos.

23. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, além de dar outras providências. Assinale a alternativa abaixo que apresenta de forma correta um crime previsto por essa lei.

- (A) Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.
- (B) Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, independentemente de prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.
- (C) Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, invasivas ou nativas ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.
- (D) Causar poluição de qualquer natureza e nível, mesmo que tais não resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que não provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.
- (E) Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente.

24. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, política essa que segue 11 princípios fundamentais listados no capítulo II do documento. Assinale, entre as alternativas abaixo, aquela que apresenta corretamente um dos princípios listados no documento.

- (A) A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que foca na preservação do meio ambiente natural.
- (B) A responsabilidade exclusiva das empresas pelo ciclo de vida dos produtos.
- (C) A ecoeficiência, que concilia a oferta de bens e serviços que tragam qualidade de vida para as pessoas com a redução do impacto ambiental, respeitando a capacidade de sustentação do planeta.
- (D) Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.
- (E) O monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária.

25. A Resolução CONAMA nº 237, de 1997, é a que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Dentro desse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente as competências dos órgãos ambientais.

- (A) A Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN é responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades destinadas a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações.
- (B) Compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos localizados ou desenvolvidos no mar territorial e na plataforma continental, quando esse se trata de empreendimento cujo impacto se limita ao território do estado.
- (C) O Exército Brasileiro é responsável pelo licenciamento ambiental de bases ou empreendimentos militares.
- (D) O IBAMA é responsável pelo licenciamento de empreendimentos cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou daqueles desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe.
- (E) O licenciamento ambiental de empreendimentos localizados em terras indígenas é de responsabilidade da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

26. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Selecione a alternativa que apresenta corretamente uma das ODS.

- (A) ODS 10 – Reduzir a mortalidade infantil.
- (B) ODS 15 – Garantir a sustentabilidade ambiental.
- (C) ODS 01 – Desenvolvimento de tecnologia verde.
- (D) ODS 12 – Fim do racismo no mundo.
- (E) ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

27. De acordo com a ISO 14001, uma política ambiental de uma empresa é um conjunto de princípios declarados como compromissos, em que a Alta Direção descreve as intenções da organização para apoiar e aumentar o seu desempenho ambiental. A política ambiental permite que a organização defina seus objetivos ambientais, tome ações para alcançar os resultados pretendidos do sistema de gestão ambiental e alcance a melhoria contínua.

Dentro desse contexto, é correto o que se afirma em:

- (A) Três compromissos básicos precisam estar especificados na Política Ambiental, a proteção do meio ambiente, o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos da organização e a melhoria contínua no sistema de gestão ambiental.
- (B) Trata-se de um documento sensível, então não deve ser acessível para pessoas que não façam parte do quadro de funcionários.
- (C) Não se faz necessário deixar claro na Política Ambiental que a empresa irá cumprir os requisitos legais vigentes, uma vez que isso já está subentendido.
- (D) Por ser um documento de alta complexidade, somente empreendimentos de grande escala devem elaborar uma Política Ambiental.
- (E) Faz-se necessário que as pessoas que realizam trabalhos sob o controle da organização tenham uma cópia da política ambiental impressa.

28. A Resolução CONAMA nº 307/2002 estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. No que diz respeito à classificação dos resíduos gerados na construção civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Classe C – são resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação, como o gesso.
- (B) Classe B – são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros.
- (C) Classe D – é reservada exclusivamente para resíduos radioativos.
- (D) Classe B – são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso.
- (E) Classe A – são os resíduos orgânicos provenientes dos refeitórios localizados na obra.

29. A ISO 59004, de 2024, define o que é a economia circular, incluindo sua visão, princípios e orientações gerais, que contém ações que auxiliam na geração, retenção e recuperação de valor de um produto ou serviço na economia circular. Sobre ações que fazem ou não parte da economia circular, selecione a afirmação verdadeira.

- (A) Quando não é possível ou viável evitar a geração dos resíduos, a economia circular propõe recuperar o máximo de valor daquilo que foi descartado, seja um produto, componente ou o material que os compõem.
- (B) Plataformas de compartilhamento de equipamentos de uso industrial, nas quais é possível “alugar” uma máquina de uma indústria vizinha para uso pontual, evitando a necessidade de sua aquisição, não fazem parte da economia circular.
- (C) A adoção de projetos modulares, mais fáceis de atualizar, trocar peças ou consertar não fazem parte da economia circular.
- (D) *Downcycling* é uma prática típica da economia circular e ocorre quando se é feita a reforma de um equipamento de forma a evitar o seu descarte após uso intenso.
- (E) *Upcycling* é uma prática que faz parte da economia circular e ocorre quando se recicla um objeto de forma a evitar o seu descarte, independentemente do seu valor agregado final.

30. A Lei nº 6.938/1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Selecione a alternativa que corretamente apresenta um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme apresentado no artigo 2º dessa lei.

- (A) Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.
- (B) A instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- (C) Controle e zoneamento das atividades econômicas, independentemente de seu potencial de poluição.
- (D) Proibição do uso dos recursos ambientais.
- (E) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio exclusivo da União a ser necessariamente assegurado e protegido.

31. A Constituição Federal de 1988 estruturou o federalismo ecológico por meio de uma repartição complexa de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Com base nas regras constitucionais de repartição de competências ambientais, assinale a alternativa correta.

- (A) Inexistindo lei federal sobre normas gerais em matéria ambiental, os Estados perdem a capacidade de legislar sobre o tema até que a União edite a norma geral respectiva.
- (B) Os Municípios não possuem competência administrativa para proteger o meio ambiente e combater a poluição, ficando restritos apenas a legislar sobre assuntos de interesse local.
- (C) Compete exclusivamente à União proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos arqueológicos, as jazidas, os sítios e as paisagens notáveis.
- (D) No âmbito da competência concorrente para legislar sobre floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e defesa do solo, a superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (E) A competência para legislar sobre direito ambiental é privativa da União, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal apenas a execução das leis federais e a fiscalização de atividades poluidoras.

32. No que diz respeito à auditoria de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e à verificação de conformidade, considerando as normas ABNT NBR ISO 14001:2015 e ABNT NBR ISO 19011:2018, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a ISO 19011, as evidências de auditoria devem basear-se exclusivamente em registros documentais gerados pelo SGA, sendo vedada a utilização de entrevistas com colaboradores ou observações de campo como fontes válidas.
- (B) A verificação da conformidade descrita na ISO 14001 restringe-se ao atendimento das legislações federais ambientais, desobrigando a organização de avaliar outros requisitos submetidos, como licenças municipais ou acordos setoriais.
- (C) Caso uma auditoria interna identifique uma não conformidade em relação aos requisitos legais ambientais, a ISO 14001 determina o cancelamento imediato da certificação da empresa, sem possibilidade de ações corretivas.
- (D) A ISO 14001 estabelece que a organização deve realizar auditorias internas em intervalos planejados, sendo que a determinação da conformidade com os requisitos da própria norma e com os requisitos do SGA da organização é opcional caso haja auditorias externas frequentes.
- (E) De acordo com a ISO 19011, o princípio da “independência” implica que os auditores devem ser alheios à atividade sendo auditada sempre que praticável, atuando livres de viés e conflito de interesses para garantir a imparcialidade das conclusões.

33. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. No que concerne à estrutura organizacional do SISNAMA e às competências de seus componentes, marque a opção correta.

- (A) Os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental nas suas respectivas jurisdições, guardada a devida competência local, qualificam-se estruturalmente como Órgãos Locais do SISNAMA.
- (B) O Conselho de Governo possui a atribuição de assessorar os governos estaduais e municipais em questões de meio ambiente.
- (C) As Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, por possuírem atuação de execução direta das políticas federais nos territórios regionais, são denominadas Órgãos Setoriais na estrutura do SISNAMA.
- (D) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) atua como Órgão Central do sistema, competindo-lhe planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (E) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) integram o SISNAMA na condição de Órgãos Seccionais, com atuação em âmbito nacional.

34. O aproveitamento de águas pluviais e o reúso de águas cinzas em edificações urbanas têm se consolidado como ferramentas estratégicas de segurança hídrica e sustentabilidade, amparados por normativas técnicas e legislações nacionais (como a Lei Federal nº 14.546/2023). Considerando os critérios de projeto e segurança sanitária e a legislação vigente sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Com o advento da Lei Federal nº 14.546/2023, que incentiva o reúso de água, passou a ser permitida a interconexão física direta entre a tubulação de água potável da concessionária e a rede de distribuição de água de reúso, desde que instalado um dispositivo de retenção de refluxo simples.
- (B) De acordo com as diretrizes técnicas para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas, o descarte dos primeiros milímetros de precipitação (*first-flush*) é um procedimento opcional, recomendado apenas para regiões com alto índice de poluição atmosférica.
- (C) Os sistemas de distribuição de água não potável proveniente de reúso ou de águas pluviais dentro de uma edificação devem ser totalmente independentes da rede de água potável, sendo obrigatória a identificação visual diferenciada de suas tubulações e pontos de consumo para evitar o uso inadvertido.
- (D) A água de chuva coletada de coberturas urbanas e tratada por meio de cloração simples adquire padrão de potabilidade equivalente ao estabelecido pelo Ministério da Saúde, estando legalmente liberada para a preparação de alimentos e higiene pessoal em prédios públicos.
- (E) Conforme o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, compete exclusivamente aos órgãos ambientais municipais a emissão de normas de referência globais sobre o reúso de efluentes sanitários, sobrepondo-se às diretrizes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

35. Com relação aos conceitos, objetivos, estrutura e implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) no âmbito da Administração Pública federal, indique a alternativa correta.

- (A) O PLS é um instrumento de adesão voluntária pelos órgãos públicos federais, voltado exclusivamente para a dimensão ambiental da sustentabilidade, sem reflexos diretos nas dotações orçamentárias ou no Plano de Contratações Anual (PCA).
- (B) A metodologia do PLS veda a aferição de custos indiretos no ciclo de vida dos objetos, determinando que a sustentabilidade nas contratações seja avaliada unicamente pelo menor preço de aquisição imediata dos bens.
- (C) Por se tratar de um documento de planejamento interno e estratégico com informações de governança logística, o PLS aprovado é classificado como sigiloso, sendo dispensada a sua publicação em sítios eletrônicos oficiais.
- (D) Uma vez implementado o PLS, os órgãos e entidades estão dispensados de realizar avaliações periódicas ou relatórios de desempenho, visto que as metas de logística sustentável possuem natureza estática e imutável.
- (E) Conforme o modelo de referência atual, o PLS deve abranger temas estratégicos como a racionalização da ocupação dos espaços físicos, a identificação de objetos de menor impacto ambiental e o fomento à inovação no mercado.

36. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento de governança que visa alinhar a logística dos órgãos públicos aos objetivos de sustentabilidade. Assinale a alternativa que apresenta o objetivo primordial do PLS segundo a regulamentação vigente.

- (A) Assegurar os objetivos das contratações públicas, além de estabelecer a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão e entidade, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.
- (B) Maximizar o lucro das empresas estatais por meio da comercialização de créditos de carbono no mercado internacional.
- (C) Garantir o sigilo das contratações de bens duráveis para evitar a interferência do mercado fornecedor nas metas ambientais do órgão.
- (D) Substituir integralmente o Plano de Contratações Anual (PCA), eliminando a necessidade de planejar compras que não sejam estritamente verdes.
- (E) Padronizar os procedimentos de licitação exclusivamente para a aquisição de veículos elétricos para a frota oficial.

37. Com base nas diretrizes da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e da Resolução CNJ nº 400/2021, que regulamentam o Plano de Logística Sustentável (PLS) no setor público, assinale a alternativa que apresenta corretamente como deve ocorrer o processo de monitoramento e de prestação de contas das ações de sustentabilidade.

- (A) A verificação de resultados dispensa indicadores quantitativos específicos de consumo, baseando-se apenas em relatórios qualitativos e descritivos elaborados pela chefia de cada setor.
- (B) A gestão e o acompanhamento do plano competem única e exclusivamente aos setores de compras e de almoxarifado, sendo vedada a participação de servidores de outras áreas técnicas.
- (C) Os relatórios de acompanhamento do PLS devem ser gerados exclusivamente a cada quatro anos, de modo a coincidir com o encerramento e a revisão do Plano Plurianual (PPA).
- (D) O monitoramento deve ocorrer de forma estritamente interna e sigilosa por razões de segurança institucional, sendo os dados disponibilizados apenas sob demanda do Tribunal de Contas da União (TCU).
- (E) O acompanhamento dos indicadores deve ser contínuo e coordenado por uma comissão formalmente designada, resultando em um relatório anual de avaliação de metas que deve ser publicado no site oficial do órgão para controle social.

38. De acordo com o Artigo 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a gestão e o gerenciamento de resíduos devem observar uma ordem de prioridade estabelecida. No contexto da elaboração de um Plano de Logística Sustentável (PLS) em um órgão público, assinale a opção que apresenta a sequência correta dessa hierarquia, da prioridade máxima à última alternativa.

- (A) Não geração, reciclagem, tratamento, redução, reutilização e disposição final ambientalmente adequada.
- (B) Redução, não geração, tratamento, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada.
- (C) Triagem, compostagem, incineração, coprocessamento, reutilização e disposição final ambientalmente adequada.
- (D) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.
- (E) Reciclagem, reutilização, redução, tratamento, não geração e disposição final ambientalmente adequada.

39. Um determinado município está elaborando o edital para a contratação de uma empresa de engenharia para construir uma nova escola pública municipal. Alinhada às diretrizes de sustentabilidade da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento deseja estruturar o certame de forma a valorizar o desenvolvimento nacional sustentável.

Considerando as regras e os critérios ambientais previstos expressamente na Nova Lei de Licitações, assinale a alternativa correta sobre como a Administração Pública pode proceder.

- (A) A exigência de logística reversa é admitida pela lei, porém deve ser utilizada exclusivamente como critério de pontuação no julgamento por técnica e preço, sendo vedada sua exigência como requisito de qualificação técnica na fase de habilitação.
- (B) Na hipótese de empate entre duas propostas finais, a lei determina que o critério prioritário de desempate, antes mesmo da avaliação de desempenho contratual prévio, é o desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- (C) É permitido à Administração Pública estabelecer uma margem de preferência de até 10% (dez por cento) no preço para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme estabelecido em regulamento.
- (D) O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve contemplar os impactos ambientais da obra, contudo, em respeito ao princípio da objetividade, a lei proíbe que o edital preveja remuneração variável à contratada com base no atingimento de metas de sustentabilidade ambiental.
- (E) O edital pode exigir a apresentação de selo ecológico ou certificação oficial para atestar a qualidade ambiental do produto, contudo, caso a empresa não possua o selo específico, a Administração deverá desclassificá-la, não sendo admitida a aceitação de atestados ou outros meios de prova equivalentes.

40. A Lei nº 13.186/2015 instituiu a Política de Educação para o Consumo Sustentável no Brasil. De acordo com as diretrizes e obrigações estabelecidas por essa norma e pelo ordenamento jurídico brasileiro correlato, o papel do poder público na promoção do consumo consciente é:

- (A) Restringir as ações de educação ambiental à educação não formal, proibindo que o consumo sustentável seja debatido em escolas públicas.
- (B) Promover campanhas educativas em espaço nobre dos meios de comunicação de massa e capacitar professores para incluir o tema no ensino fundamental e médio.
- (C) Limitar as campanhas educativas ao âmbito das redes sociais oficiais do governo, vedando o uso de canais de televisão aberta.
- (D) Delegar a responsabilidade total das ações de conscientização ambiental e de consumo sustentável às empresas privadas e organizações não governamentais.
- (E) Condicionar a realização de campanhas públicas à prévia autorização e financiamento exclusivo por parte de órgãos internacionais como a ONU.

41. Uma organização certificada na norma ABNT NBR ISO 14001 está planejando sua auditoria interna periódica para avaliar a eficácia do seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o atendimento aos requisitos legais aplicáveis (conforme o item 9.1.2 — Avaliação da Conformidade). Para orientar a equipe de auditores sobre a postura e a metodologia corretas a serem adotadas durante o processo, a gerência de sustentabilidade determinou que todo o protocolo deve seguir estritamente as diretrizes da ABNT NBR ISO 19011.

Considerando a correlação entre essas duas normas e os princípios que regem uma auditoria, marque a alternativa que apresenta uma conduta correta da equipe auditora.

- (A) Determinar que o próprio gestor da área de tratamento de efluentes realize a auditoria interna do seu setor, visto que ele possui maior conhecimento técnico e domínio dos requisitos legais específicos daquela operação.
- (B) Basear a constatação de uma não conformidade legal no relato verbal informal de um operador de linha, dispensando a busca por evidências documentadas adicionais para garantir a agilidade do relatório.
- (C) Avaliar o processo de verificação de conformidade legal exigindo que a empresa demonstre documentalmente não apenas o conhecimento de suas obrigações, mas a evidência de que os requisitos legais estão sendo efetivamente cumpridos.
- (D) Interromper a auditoria e reescrever imediatamente os procedimentos internos da empresa assim que uma falha crítica de conformidade for detectada, garantindo que o sistema seja corrigido antes da reunião de encerramento.
- (E) Utilizar os mesmos critérios, listas de verificação e planos de amostragem de uma auditoria de Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001), uma vez que a ISO 19011 unifica as diretrizes e anula a necessidade de o auditor possuir conhecimento específico em ciências ou legislação ambiental.

42. Uma grande indústria metalúrgica está revisando seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com base na norma ABNT NBR ISO 14001:2015. Durante a auditoria interna no setor de fundição, constatou-se que o mau funcionamento de um dos filtros da chaminé principal resultou na emissão excessiva de material particulado na atmosfera, gerando reclamações da comunidade vizinha sobre problemas respiratórios e fuligem nos imóveis.

Considerando os conceitos de Aspecto Ambiental e Impacto Ambiental estabelecidos pelo requisito 6.1.2 da referida norma, assinale a alternativa que correlaciona e conceitua corretamente os eventos descritos.

- (A) A emissão de material particulado é o aspecto ambiental, definido como o elemento das atividades da organização que interage com o meio ambiente, enquanto a alteração na qualidade do ar e os problemas respiratórios na comunidade são os impactos ambientais resultantes.
- (B) A emissão de material particulado é o impacto ambiental, pois consiste na modificação adversa gerada na qualidade do ar que interage diretamente com a saúde da população, enquanto a alteração no ar e os problemas respiratórios são aspectos ambientais.
- (C) O mau funcionamento do filtro é o aspecto ambiental, uma vez que representa a causa direta e a atividade operacional modificadora que gera danos ao entorno da organização.
- (D) As reclamações da comunidade vizinha constituem o aspecto ambiental significativo, pois ativam os canais de comunicação obrigatórios previstos nos requisitos legais de desempenho ambiental da empresa.
- (E) Tanto a fuligem depositada nos imóveis quanto a emissão de particulados pela chaminé são classificados estritamente como aspectos ambientais, pois ambos ocorrem dentro dos limites de controle operacional da indústria.

43. Durante a auditoria de conformidade regulatória nas salas de atendimento de um órgão público climatizado artificialmente, a equipe técnica aferiu as seguintes condições termoambientais médias:

- Temperatura operativa: 23,5 °C
- Umidade relativa do ar: 28%
- Velocidade do ar: 0,15 m/s

Considerando estritamente os parâmetros de conforto térmico estipulados pela norma ABNT NBR 17037, indique a avaliação correta sobre o ambiente analisado.

- (A) O ambiente está em conformidade, pois a temperatura e a velocidade do ar compensam a baixa umidade relativa.
- (B) O ambiente está em não conformidade, porque a temperatura de 23,5 °C só seria aceitável durante a estação do inverno.
- (C) O ambiente está em conformidade parcial, necessitando apenas do aumento da velocidade do ar para 0,30 m/s para estabelecer o balanço térmico.
- (D) O ambiente não está em não conformidade, porque a velocidade do ar está abaixo do limite mínimo para dispersão do calor.
- (E) O ambiente está em não conformidade, devido exclusivamente ao valor verificado para umidade relativa do ar.

44. De acordo com o Artigo 2º da Resolução nº 766/2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), o Selo ALECE ESG na Gestão Pública possui objetivos institucionais bem delineados. Com base no texto normativo, assinale a alternativa que apresenta um objetivo oficial dessa certificação.

- (A) Subsidiar financeiramente e transferir recursos diretos do Tesouro Estadual para os fundos de assistência social dos municípios que atingirem o nível Ouro.
- (B) Municipalizar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), estimulando a implementação local de ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- (C) Substituir as auditorias formais dos Tribunais de Contas, isentando os municípios certificados com a categoria Ouro de fiscalizações fiscais por dois anos.
- (D) Padronizar os critérios de contratação de servidores públicos efetivos em todas as Câmaras Vereadores do Estado por meio de processos idênticos de gestão de pessoas.
- (E) Exigir que os municípios privatizem seus serviços de saneamento básico e triagem de resíduos sólidos para poderem pleitear a categoria Bronze.

45. Uma grande refinaria de petróleo localizada no litoral brasileiro está se preparando para passar por sua auditoria ambiental bial anual compulsória, conforme exigido pela Resolução CONAMA nº 306/2002. Paralelamente, a alta administração deseja que o processo também atenda aos requisitos de certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com base na ABNT NBR ISO 14001, e utilize as diretrizes de execução da ABNT NBR ISO 19011.

Considerando os conceitos de auditoria ambiental e verificação de conformidade trazidos por essas normas, assinale a alternativa que apresenta uma conduta ou característica correta desse processo.

- (A) A verificação de conformidade legal restringe-se à checagem das Licenças de Operação (LO) federais, uma vez que as normas internacionais da ISO se sobrepõem às legislações municipais e estaduais no território nacional.
- (B) Os auditores internos da própria refinaria possuem total independência técnica para assinar o relatório final exigido pelo CONAMA, dispensando a contratação de auditoria externa de terceira parte para fins legais.
- (C) O principal critério de auditoria para a verificação da conformidade legal consiste nas metas de lucro da organização, visto que a ISO 14001 prioriza o desempenho financeiro atrelado à sustentabilidade mercadológica.
- (D) Constatada uma não conformidade em relação ao controle de efluentes líquidos, a equipe auditora deve emitir o relatório e a organização auditada fica obrigada a elaborar um Plano de Ação com prazos e responsáveis para sanar a falha.
- (E) O Plano de Ação elaborado para corrigir desvios legais identificados na auditoria possui caráter meramente consultivo, não gerando penalidades ou cassação de licenças caso suas metas sejam descumpridas pela organização.

46. A Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e a Resolução CONAMA nº 001/1986 são pilares do direito ambiental brasileiro. Considerando as definições legais expressas nesses documentos, é correto afirmar que:

- (A) O poluidor é definido unicamente como a pessoa física que causa a degradação ambiental, excluindo-se as pessoas jurídicas de direito público ou privado dessa responsabilidade direta.
- (B) O meio ambiente é conceituado legalmente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (C) O impacto ambiental configura-se como qualquer alteração das propriedades que constituem o meio ambiente, desde que decorrentes de eventos geológicos ou climáticos naturais.
- (D) Os recursos ambientais englobam estritamente os elementos abióticos do ecossistema, tais como a atmosfera, as águas superficiais e subterrâneas, o solo e o subsolo.
- (E) A poluição é caracterizada como a degradação da qualidade ambiental que resulte em benefícios indiretos para as atividades socioeconômicas e para o bem-estar da população.

47. Uma grande indústria metalúrgica gera dois tipos principais de resíduos em seu processo produtivo: borras de tinta contendo metais pesados inflamáveis e retalhos de alumínio limpos. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e os critérios de classificação da ABNT NBR 10004, a conduta correta do gestor ambiental da fábrica para a destinação desses materiais deve ser:

- (A) Classificar os dois resíduos como Classe II, uma vez que ambos foram gerados no mesmo ambiente fabril, e priorizar a reutilização interna de ambos.
- (B) Aguardar a coleta pelo sistema de logística reversa obrigatório do município, visto que a Lei nº 12.305/2010 desobriga as indústrias de criarem o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
- (C) Destinar a borra de tinta para a compostagem industrial e os retalhos de alumínio para a disposição final ambientalmente adequada em aterros de inertes, seguindo a ordem estrita do artigo 9º da PNRS.
- (D) Encaminhar ambos os resíduos para o aterro sanitário municipal, pois a responsabilidade compartilhada transfere o dever do tratamento final ao poder público.
- (E) Classificar a borra de tinta como resíduo de Classe I e encaminhá-la para coprocessamento ou incineração, além de destinar o alumínio, um resíduo Classe II, prioritariamente para a reciclagem.

48. No que diz respeito às disposições gerais e à aplicação da pena previstas na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, desde que o ato tenha sido praticado por decisão de seu representante legal ou contratual.
- (B) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é previsto expressamente na referida Lei como uma circunstância que atenua a pena.
- (C) Tratando-se de crimes ambientais, a imposição de penas restritivas de direitos possui caráter subsidiário, não sendo admitida a substituição da pena privativa de liberdade em crimes dolosos.
- (D) A prestação de serviços à comunidade por pessoa jurídica consistirá unicamente no custeio de programas e de projetos ambientais executados por órgãos públicos.
- (E) Constitui circunstância que agrava a pena, quando não configure ou qualifique o crime, ter o agente cometido a infração no período de defeso à fauna, salvo se motivado por relevante valor social ou moral.

49. Um determinado órgão público federal decidiu atualizar seu Plano de Logística Sustentável (PLS). Como parte das novas metas, a instituição estabeleceu as seguintes ações:

- I. Substituição gradual da frota oficial de representação por veículos elétricos;
- II. Inclusão de cláusulas de equidade de gênero e contratação de mulheres vítimas de violência doméstica nos serviços terceirizados de limpeza;
- III. Monitoramento rigoroso do descarte e logística reversa de cartuchos de tinta e toners.

Tendo em vista o Modelo de Referência atual e as diretrizes de governança do PLS, indique a quais eixos temáticos pertencem, respectivamente, as ações I, II e III.

- (A) Mobilidade e transporte institucional; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Gestão de resíduos.
- (B) Racionalização da ocupação de espaços físicos; Compras e contratações sustentáveis; identificação dos objetos de menor impacto ambiental.
- (C) Eficiência energética; Compras e contratações sustentáveis; Consumo de materiais e insumos.
- (D) Mobilidade e transporte institucional; Negócios de impactos nas contratações; Gestão de resíduos.
- (E) Eficiência energética; Negócios de impactos nas contratações; consumo de materiais e insumos.

50. O Capítulo VIII da Constituição do Estado do Ceará de 1989 estabelece o regime jurídico dos recursos ambientais e impõe limites, proibições e obrigações ao Poder Público e à coletividade. Com base nas disposições literais e sistemáticas da Carta Cearense sobre a proteção ecológica e os patrimônios estaduais, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição do Ceará veda expressamente a concessão de licença para a prática de caça amadora ou esportiva em todo o território estadual, constituindo uma restrição rígida que limita a atuação do poder de polícia ambiental do Estado.
- (B) A Caatinga, embora reconhecida como bioma de relevância ecológica, não foi elevada ao status de Patrimônio Estadual pela Constituição Cearense, razão pela qual o texto omitiu restrições sobre a concessão de terras públicas na região semiárida.
- (C) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) pode ser dispensado no âmbito estadual para a instalação de obras que gerem significativa degradação ambiental, desde que o empreendedor firme um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) comprometendo-se a mitigar os danos posteriormente.
- (D) São permitidos o transporte e o depósito temporário de resíduos radioativos ou tóxicos no território cearense, desde que tenham origem em outros estados da federação e se destinem estritamente à reciclagem industrial ou ao reaproveitamento tecnológico.
- (E) As matas ciliares e a vegetação marginal dos rios cearenses possuem proteção legal ordinária, mas a Constituição do Estado delegou integralmente o monitoramento da qualidade das águas subterrâneas à competência exclusiva dos Municípios.

51. Durante uma auditoria interna do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) baseado na ABNT NBR ISO 14001:2015 em uma autarquia pública, o auditor identificou que a instituição monitora rigorosamente suas metas de redução de consumo de água e energia. Contudo, constatou-se que o órgão não avaliou se os novos requisitos de descarte de equipamentos eletroeletrônicos, publicados recentemente pelo órgão regulador ambiental, estavam sendo cumpridos nos contratos de terceirização. Diante do cenário apresentado e dos requisitos da norma, assinale a alternativa que indica a correta classificação dessa constatação e a ação subsequente esperada.

- (A) Trata-se de uma não conformidade relacionada estritamente ao “Escopo do SGA”, pois contratos terceirizados não devem ser auditados sob a ótica de requisitos ambientais da instituição contratante.
- (B) Trata-se de uma observação de melhoria, uma vez que a autarquia já demonstra eficácia no controle operacional de seus aspectos significativos, mitigando o risco de sanções severas.
- (C) Trata-se de uma conformidade parcial, pois o atendimento aos objetivos ambientais internos de ecoeficiência compensa a flutuação regulatória pontual de fornecedores externos, conforme os princípios de flexibilidade do setor público.
- (D) Trata-se de uma falha de “Comunicação Interna”, cabendo ao auditor recomendar que o setor de licitações seja notificado formalmente para incluir cláusulas padrão nos próximos editais, sem necessidade de abertura de plano de ação corretiva imediata.
- (E) Trata-se de uma não conformidade em relação ao requisito “Avaliação de Conformidade”, exigindo que a instituição estabeleça um processo para avaliar o atendimento aos requisitos legais aplicáveis, independente do sucesso no atendimento de suas metas internas de consumo.

52. A Política Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará estabelece diretrizes estratégicas para modernizar a gestão ambiental nos municípios, pautando-se em instrumentos de cooperação interfederativa e incentivos fiscais. Considerando as normas jurídicas, os mecanismos de governança regional e os instrumentos econômicos que regem essa política no território cearense, marque a alternativa correta.

- (A) Os Consórcios Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos (CPMRS) no Ceará funcionam como instâncias meramente consultivas, mantendo-se a obrigatoriedade jurídica de que cada município, individualmente, licite e opere seu próprio aterro sanitário municipal confinado.
- (B) O Ceará utiliza o mecanismo do “ICMS Ecológico” como incentivo econômico, condicionando o aumento do repasse dessa parcela tributária aos municípios que comprovarem ações efetivas como a destinação adequada em aterros licenciados e a implantação de coleta seletiva.
- (C) Em observância estrita à ordem de prioridade da gestão integrada, a legislação cearense determina que a reciclagem mecânica e a compostagem orgânica devem anteceder, obrigatoriamente, as ações estaduais voltadas à não geração e à redução de resíduos.
- (D) Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de grandes geradores privados no Ceará são dispensados de apresentar metas de logística reversa, transferindo integralmente a responsabilidade pelo recolhimento pós-consumo de eletroeletrônicos para as centrais de triagem dos consórcios públicos.
- (E) O Programa Auxílio Catador é uma ação temporária de caráter exclusivamente assistencialista que impede, por razões de isonomia, que cooperativas de catadores recebam prioridade de contratação ou dispensa de licitação para a prestação de serviços de coleta seletiva por parte de entes públicos.

53. Uma grande empresa do setor de tecnologia está revisando seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para a sua sede administrativa. O comitê de sustentabilidade precisa classificar e destinar adequadamente cinco fluxos de resíduos gerados na rotina da edificação:

- I. Papéis de escritório e copos plásticos descartáveis;
- II. Computadores antigos e smartphones obsoletos da empresa;
- III. Sobras de tintas, solventes e lâmpadas fluorescentes queimadas na manutenção da fachada;
- IV. Resíduos de gesso e tijolos de uma pequena reforma interna;
- V. Cartuchos de impressora e pilhas usadas nas salas de reunião.

Considerando os princípios da PNRS (Lei nº 12.305/2010), o sistema de Logística Reversa e as normas de classificação de resíduos, assinale a alternativa que apresenta a conduta correta para a gestão desses materiais.

- (A)** Os itens 2 (eletroeletrônicos), 3 (tintas/lâmpadas) e 5 (pilhas/cartuchos) devem obrigatoriamente ser devolvidos aos fabricantes ou distribuidores por meio do sistema de Logística Reversa, desobrigando a empresa de prever o armazenamento temporário desses materiais em seu PGRS.
- (B)** O gesso e os tijolos da reforma interna (item 4) são classificados pela Resolução CONAMA nº 307/2002 como Resíduos de Construção Civil (RCC), e ambos pertencem à mesma classe de resíduos recicláveis como agregados, devendo ser encaminhados juntos para áreas de transbordo e triagem (ATT).
- (C)** Os papéis e plásticos de escritório (item 1) devem ser segregados na fonte geradora de acordo com o padrão de cores da Resolução CONAMA nº 275/2001 (azul e vermelho, respectivamente), e a PNRS estabelece que a prioridade de destinação desses recicláveis deve ser a integração de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis.
- (D)** As lâmpadas fluorescentes e sobras de tintas (item 3) são classificadas pela ABNT NBR 10004 como Resíduos Classe II A (Não Inertes), devido ao potencial de reutilização da carcaça de vidro e das latas de metal, podendo ser descartadas junto com a coleta seletiva municipal comum se limpas.
- (E)** Por se tratar de um ambiente puramente administrativo (escritório), a PNRS desobriga a empresa de formular um PGRS próprio, desde que o volume total de resíduos gerados (somando todos os itens de 1 a 5) não ultrapasse o limite diário estabelecido para os grandes geradores pelo serviço de limpeza urbana local.

54. Durante uma auditoria ambiental no sistema de gestão de resíduos de um condomínio comercial, constatou-se que o estabelecimento gera resíduos de escritório, eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes e restos de materiais de pequenas intervenções prediais. Diante das exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assinale a alternativa que apresenta uma obrigação legal correta para o gerenciamento desses materiais.

- (A)** Os resíduos de escritório recicláveis (como papel e plástico) e os eletroeletrônicos pós-consumo possuem a mesma prioridade de destinação da PNRS, devendo ser encaminhados prioritariamente para aterros sanitários licenciados.
- (B)** Os resíduos de gesso gerados na manutenção predial são classificados como Classe C, o que significa que não possuem viabilidade econômica para reciclagem.
- (C)** A geração de resíduos perigosos de manutenção predial obriga o estabelecimento a elaborar um Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), independentemente do volume total gerado.
- (D)** A responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos sujeitos à logística reversa, como eletroeletrônicos e lâmpadas, exime o condomínio de segregar e acondicionar adequadamente tais resíduos antes da devolução.
- (E)** A coleta seletiva de materiais recicláveis de escritório dispensa o uso de códigos de cores nas lixeiras internas, desde que o condomínio possua uma central de triagem própria antes do descarte final.

55. Uma autarquia pública federal decidiu implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) baseado na norma ABNT NBR ISO 14001:2015 em seu complexo administrativo. Durante a fase de planejamento, a alta administração e a equipe técnica se depararam com o desafio de mapear as interações de suas atividades com o meio ambiente e definir o escopo de atuação.

Considerando os requisitos normativos da ISO 14001:2015 sobre Contexto da Organização, Liderança e Planejamento, indique a alternativa correta.

- (A) Ao determinar os *aspectos ambientais* de suas atividades administrativas, a instituição deve limitar sua análise estritamente aos processos sob seu controle operacional direto (como o consumo de papel e energia do edifício), sendo vedada pela norma a inclusão de aspectos associados a bens e serviços usados pela organização ou decorrentes do ciclo de vida de seus subprodutos.
- (B) O conceito de *mentalidade de risco* introduzido pela norma exige que a instituição trate “riscos e oportunidades” de forma apartada do planejamento ambiental. Isso significa que as ameaças ao SGA, como a falta de verba orçamentária institucional para a gestão de resíduos, devem ser tratadas na gestão de riscos corporativos global, enquanto o planejamento do SGA foca exclusivamente nos impactos ambientais adversos e benéficos.
- (C) De acordo com os requisitos de *Liderança*, a alta administração da autarquia pode delegar totalmente a responsabilidade pela eficácia do SGA ao Representante da Administração (RD) ou ao comitê de sustentabilidade, eximindo-se do direcionamento estratégico, desde que garanta a dotação orçamentária e os recursos humanos necessários para o funcionamento do sistema.
- (D) Na etapa de determinação dos *requisitos legais e outros requisitos*, a instituição tem a discricionariedade de selecionar quais leis e decretos ambientais vigentes ela pretende aderir e aplicar ao seu SGA, haja vista que a ISO 14001 é uma norma de adesão voluntária e baseada em metas de melhoria contínua estipuladas pela própria organização.
- (E) Ao planejar o SGA, a instituição deve considerar uma perspectiva de ciclo de vida para determinar seus aspectos ambientais. Isso implica que, embora a autarquia não necessite realizar uma Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) formal e detalhada, ela deve avaliar os aspectos sobre os quais possui controle, bem como aqueles sobre os quais possui *influência*, o que pode abranger desde o processo de aquisição de insumos até o descarte final de seus ativos eletrônicos.

56. No contexto da Avaliação de Impactos e Riscos Ambientais, o correto entendimento dos conceitos de “Aspecto Ambiental” e “Impacto Ambiental” é indispensável para a estruturação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) baseado na norma ABNT NBR ISO 14001. Uma indústria metalúrgica identificou que o processo de pintura de suas peças gera efluentes líquidos contaminados com metais pesados. Caso esses efluentes sejam descartados incorretamente, causarão a contaminação do corpo hídrico receptor. Considerando os conceitos normativos e a situação descrita, assinale a alternativa que correlaciona corretamente o elemento da atividade ao seu respectivo conceito e à respectiva ação decorrente da avaliação de significância.

- (A) A geração de efluentes líquidos com metais pesados é o impacto ambiental, enquanto a contaminação do corpo hídrico é o aspecto ambiental; se o Índice de Significância for alto, a empresa deve apenas monitorar a situação sem criar controles rígidos.
- (B) A geração de efluentes líquidos com metais pesados é o aspecto ambiental, enquanto a contaminação do corpo hídrico é o impacto ambiental; se o impacto for considerado significativo, a organização deve estabelecer controles operacionais e, prioritariamente, objetivos e metas para sua mitigação ou eliminação.
- (C) O processo de pintura das peças é o aspecto ambiental, e a geração de efluentes é o impacto ambiental; os critérios de significância avaliam apenas a probabilidade de ocorrência em situações normais, ignorando cenários de emergência.
- (D) A contaminação do corpo hídrico receptor é um aspecto ambiental de emergência, e a geração de efluentes é um impacto indireto; impactos de alta gravidade dispensam treinamento operacional se a probabilidade estatística de falha for baixa.
- (E) Tanto a geração de efluentes quanto a contaminação do corpo hídrico são classificados tecnicamente como aspectos ambientais, diferenciando-se apenas pelo fato de um ser de origem crônica e o outro de origem acidental.

57. O Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) do Ceará é o órgão superior do Sistema Estadual do Meio Ambiente, possuindo funções consultivas, deliberativas e normativas. Diante de suas atribuições legais e de sua relação com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), assinale a alternativa que apresenta uma competência correta do COEMA.

- (A) Elaborar de forma isolada e exclusiva o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de todos os municípios do estado do Ceará.
- (B) Executar diretamente as fiscalizações de campo e aplicar multas cotidianas a empreendimentos poluidores de pequeno porte.
- (C) Substituir os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMAS) em todas as decisões de licenciamento de impacto estritamente local.
- (D) Apreçar e votar os pareceres técnicos da SEMACE referentes ao licenciamento de obras e empreendimentos de significativo impacto ambiental sujeitos a EIA/RIMA.
- (E) Julgar crimes ambientais de natureza penal com aplicação imediata de penas de reclusão aos infratores.

58. A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) é uma autarquia essencial para a execução da política ambiental no estado do Ceará. Diante de suas funções executivas e de fiscalização previstas na legislação estadual em vigor, indique a alternativa que corretamente apresenta uma competência da SEMACE.

- (A) Exercer o poder de polícia ambiental, aplicando sanções administrativas em primeira instância, como multas e embargos a atividades infratoras.
- (B) Definir de forma isolada as diretrizes gerais de descentralização e as regras de competências exclusivas para o licenciamento ambiental em todos os municípios.
- (C) Aprovar, de forma soberana e definitiva, os estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) de megaprojetos sem a necessidade de submissão a conselhos colegiados.
- (D) Realizar o licenciamento ambiental quando se trata de empreendimentos que envolvem a plataforma continental marítima do estado do Ceará.
- (E) Legislar sobre crimes de natureza penal ambiental e aplicar penas privativas de liberdade aos infratores, quando em flagrante.

59. A Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA) do Estado do Ceará atua como o órgão central do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SIEMA). Considerando as competências políticas, estratégicas e de planejamento atribuídas à SEMA pelas reformas administrativas e leis de organização do Estado, assinale a alternativa que apresenta uma competência correta dessa Secretaria.

- (A) Executar o policiamento ostensivo ambiental em áreas urbanas e lavrar autos de prisão em flagrante por crimes de maus-tratos a animais.
- (B) Planejar, criar, coordenar e administrar as Unidades de Conservação sob domínio do Estado do Ceará, além de formular a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.
- (C) Emitir de forma exclusiva e isolada as Licenças Operacionais para postos de combustíveis e indústrias locais, sem qualquer participação da SEMACE.
- (D) Julgar, em última e definitiva instância judicial, todos os processos criminais envolvendo desmatamento ilegal no território cearense.
- (E) Substituir o Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), extinguindo a necessidade de votação colegiada paritária para a criação de leis ambientais.

60. Considerando os objetivos principais e o impacto administrativo imediato trazido pelo Ato Normativo nº 348/2024, marque a alternativa que corretamente apresenta uma diretriz instituída por essa norma para as práticas de sustentabilidade da ALECE.

- (A) Extinguir imediatamente a Célula de Sustentabilidade e repassar a gestão de resíduos da Casa para empresas privadas terceirizadas sem fins ecológicos.
- (B) Obrigar todos os municípios do Estado do Ceará a adotarem o mesmo orçamento interno da ALECE para a compra exclusiva de veículos elétricos até o fim do ano corrente.
- (C) Determinar que apenas os gabinetes dos deputados da oposição façam a separação de resíduos orgânicos, isentando a Mesa Diretora e os setores administrativos das metas de compostagem.
- (D) Proibir o uso de papel impresso e de computadores em todas as sessões plenárias da Casa, determinando o retorno imediato do registro de votações em cédulas manuais recicláveis.
- (E) Instituir a Política de Sustentabilidade da ALECE, servindo de base legal para alinhar a administração da Casa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e guiar a criação do Plano de Logística Sustentável.

61. Em setembro de 2015, os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Este plano de ação global estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, sob o lema central de “Não deixar ninguém para trás”. Considerando as diretrizes, os pilares e as características estruturais que definem a Agenda 2030, assinale a alternativa que descreve corretamente o modelo de funcionamento desse compromisso internacional.

- (A) Os ODS são voltados de forma exclusiva e isolada para os países em desenvolvimento do hemisfério sul, isentando os países desenvolvidos de adotarem metas internas de redução de emissões ou igualdade de gênero.
- (B) A Agenda 2030 é estruturada sobre cinco pilares fundamentais (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias), sendo os ODS universais e indivisíveis, integrando de forma equilibrada as dimensões econômica, social e ambiental.
- (C) Por se tratar de um tratado jurídico com caráter impositivo e punitivo, os países que não atingirem os indicadores anuais da ONU sofrem sanções econômicas severas e bloqueios comerciais automáticos.
- (D) A erradicação da pobreza e da fome foi definida no documento base como a única prioridade real da Agenda, determinando que as metas ambientais e de proteção à biodiversidade fiquem suspensas até o ano de 2030.
- (E) O Quadro de Indicadores Globais estipula que cada nação deve criar indicadores inteiramente subjetivos e sem dados numéricos, proibindo o uso de estatísticas matemáticas para avaliar o avanço das metas.

62. A gestão eficaz dos riscos e impactos ecológicos exige que as organizações e órgãos ambientais estruturarem suas ações com base na Hierarquia de Mitigação, dividindo suas frentes de atuação em medidas preventivas, mitigadoras e corretivas. Considerando o que estabelecem a norma ABNT NBR ISO 14001 e as resoluções CONAMA que regem o planejamento e a execução dessas medidas de controle, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano de Ação de Emergência (PAE), focado na contenção rápida de vazamentos acidentais de produtos químicos, classifica-se puramente como uma medida preventiva, pois visa impedir que a fábrica declare falência após o desastre.
- (B) A execução de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) em uma mina exaurida e a remediação de compostos tóxicos em solos contaminados, conforme a Resolução CONAMA nº 420/2009, configuram exemplos clássicos de medidas corretivas.
- (C) De acordo com a Resolução CONAMA nº 001/1986, as medidas mitigadoras detalhadas em um EIA/RIMA têm como objetivo principal anular retroativamente o impacto ambiental, tornando desnecessária a criação de programas de monitoramento contínuo.
- (D) Conforme o item de “Não Conformidade e Ação Corretiva” da ISO 14001, o foco da medida corretiva é punir financeiramente os operadores envolvidos na falha, sem a obrigatoriedade de investigar ou eliminar a causa raiz do problema gerador do risco.
- (E) As medidas preventivas operam unicamente após a concretização do dano ambiental severo, atuando como barreiras físicas tardias para evitar que o passivo ambiental atinja as áreas de preservação permanente (APP).

63. Um escritório de engenharia e arquitetura foi contratado para desenvolver o projeto executivo de um grande complexo residencial urbano. Para garantir a conformidade com a ABNT NBR 15575, a equipe de projetistas deve integrar critérios ambientais e de ecoeficiência desde os primeiros esboços do desenho técnico.

Considerando as exigências da NBR 15575 voltadas ao Desempenho Térmico, Desempenho Lumínico, Vida Útil de Projeto (VUP) e Impacto no Entorno, assinale a alternativa que apresenta a conduta projetual correta e alinhada a esses parâmetros.

- (A) O aproveitamento máximo da iluminação natural deve ser mitigado, reduzindo a área das janelas ao mínimo possível, para evitar que o cálculo da transmitância térmica de coberturas e fachadas exija materiais isolantes de alta qualidade.
- (B) O dimensionamento de fundações profundas deve priorizar o rebaixamento severo e permanente do lençol freático local, visto que o impacto hídrico no entorno imediato não é considerado um critério de desempenho ou sustentabilidade pela norma.
- (C) O projeto deve prever que a estrutura, as vedações e os sistemas alcancem tempos mínimos determinados de durabilidade, pois estabelecer uma Vida Útil de Projeto (VUP) robusta atua diretamente na redução do desperdício gerado por demolições precoces.
- (D) O cálculo da transmitância térmica das fachadas pode ser negligenciado no projeto arquitetônico, desde que os engenheiros compensem essa omissão prevendo sistemas de ar-condicionado superdimensionados na entrega da obra.
- (E) A Vida Útil de Projeto restringe-se exclusivamente aos acabamentos estéticos internos da edificação, ficando os elementos estruturais e de vedação externa isentos de prazos mínimos de durabilidade por dependerem de intempéries climáticas.

64. A Lei nº 9.605/1998 estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. No que diz respeito às regras de aplicação da pena, aos crimes em espécie e às disposições gerais descritas expressamente no texto dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes previstos nessa lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos, desde que a reparação do dano tenha sido devidamente submetida a laudo de constatação, salvo impossibilidade de fazê-lo.
- (B) O crime de pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano prevê pena de detenção e multa, sem qualquer previsão de redução de pena caso o ato seja classificado como grafite com o objetivo de valorizar o patrimônio público.
- (C) No crime de causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, a modalidade culposa é punida com pena de reclusão, enquanto a modalidade qualificada pela ocorrência de inundação ou retirada de moradores é a única punida com detenção.
- (D) A liquidação forçada da pessoa jurídica será decretada pelo juiz sempre que sua personalidade for considerada um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, transferindo-se o seu patrimônio remanescente para os sócios majoritários.
- (E) Considera-se crime contra a fauna matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização; contudo, o texto da lei estabelece expressamente que não é crime o abate de animal quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

65. A norma ISO 19011 detalha o fluxo operacional para a condução das atividades de auditoria de sistemas de gestão. Esse fluxo segue um rito sequencial e cronológico projetado para garantir a transparência do processo, a robustez na coleta de dados e a confiabilidade das conclusões apresentadas à organização auditada.

Tendo em vista as diretrizes explícitas da ISO 19011 sobre o fluxo de execução da auditoria, assinale a alternativa que descreve corretamente uma etapa obrigatória desse processo.

- (A) A reunião de encerramento deve ser realizada de forma secreta e restrita exclusivamente aos membros da equipe de auditores; é expressamente proibida a apresentação prévia das não conformidades para a alta direção da empresa auditada antes da publicação do relatório final.
- (B) A coleta e verificação de informações é a etapa em que as evidências de auditoria são obtidas por meio de amostragem apropriada; essas evidências devem ser confrontadas com os critérios de auditoria para gerar as constatações de conformidades ou não conformidades.
- (C) A reunião de abertura é uma formalidade opcional que deve ser dispensada em auditorias internas (de primeira parte), iniciando-se o processo diretamente pela aplicação das penalidades administrativas aos operadores de máquinas.
- (D) Caso o auditor identifique uma não conformidade grave durante as entrevistas, a ISO 19011 determina que ele deve interromper imediatamente a auditoria, alterar unilateralmente o escopo do programa anual e assumir a gerência operacional do setor afetado para corrigir o erro.
- (E) A geração de constatações baseia-se primordialmente em suposições, intuições e convicções pessoais do líder da equipe de auditoria, sendo facultativa a comprovação de fatos por meio de registros documentais, fotos ou declarações verificáveis.

66. O processo de certificação inicial de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com base na norma ABNT NBR ISO 14001 segue ritos de avaliação rigorosos estabelecidos pelas normas de avaliação de conformidade. A auditoria de certificação é dividida estrategicamente em fases e possui regras estritas quanto ao tratamento de desvios encontrados e à constatação do atendimento aos requisitos legais da organização.

Considerando o detalhamento técnico e operacional que rege o processo de auditoria e concessão da certificação de um SGA, indique a alternativa correta.

- (A) Uma vez emitido o certificado oficial da ISO 14001, a organização adquire um direito vitalício sobre o selo ambiental, ficando dispensada por tempo indeterminado de passar por novas auditorias externas ou checagens de cumprimento de leis.
- (B) Os órgãos certificadores externos têm autonomia jurídica para emitir o certificado da ISO 14001 mesmo se constatarem que a empresa opera em total ilegalidade, sem nenhuma licença ambiental válida, pois o SGA avalia apenas a intenção teórica da alta direção.
- (C) A ISO 14004 é a única norma da família ISO 14000 que possui caráter “certificável”, o que obriga os auditores externos a utilizá-la como a única régua de punição civil contra os gerentes da empresa auditada.
- (D) O processo de certificação exige auditorias periódicas e, ao término do ciclo de validade do certificado, geralmente de 3 anos, a organização deve passar por um processo completo de auditoria de recertificação para renovar o selo.
- (E) A auditoria de certificação de terceira parte impede que a organização realize suas próprias auditorias internas de primeira parte, visto que a verificação de desvios operacionais passa a ser de exclusividade do órgão internacional de fiscalização.

67. O gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil passou por uma profunda alteração paradigmática com a promulgação da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que substituiu a visão tradicional de descarte pela lógica da economia circular e da responsabilidade compartilhada. No que diz respeito às diretrizes legais, ordens de prioridade e distinções conceituais estabelecidas expressamente pela lei e pelas normas regulamentadoras sobre coleta seletiva e destinação de resíduos, marque a alternativa correta.

- (A) A ordem de prioridade obrigatória estabelecida na gestão de resíduos sólidos determina que, imediatamente antes de se recorrer à reciclagem do material, a organização deve esgotar os esforços e tecnologias voltados ao tratamento e à recuperação energética, como a incineração.
- (B) Os conceitos de “destinação final ambientalmente adequada” e “disposição final ambientalmente adequada” são tratados como sinônimos literais na lei, aplicando-se indistintamente tanto para resíduos quanto para rejeitos.
- (C) De acordo com o texto da PNRS, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos exige integralmente os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana, concentrando os deveres legais de coleta e triagem de forma exclusiva e isolada nos fabricantes e importadores.
- (D) A destinação final ambientalmente adequada inclui, entre outras formas, a reutilização, a reciclagem, a compostagem e a recuperação energética dos resíduos sólidos, enquanto a disposição final ambientalmente adequada restringe-se à distribuição ordenada de rejeitos em aterros sanitários devidamente projetados e licenciados.
- (E) Por força do Decreto Federal de logística reversa e créditos de reciclagem, a implantação de sistemas de coleta seletiva pelos municípios veda de forma absoluta a participação ou contratação de associações de catadores de materiais recicláveis, visando profissionalizar o setor unicamente por meio de parcerias com multinacionais.

68. Segundo a Constituição Estadual, a alteração ou a supressão de espaços territoriais especialmente protegidos, como unidades de conservação, criados pelo Estado do Ceará só é permitida através do seguinte instrumento jurídico:

- (A) Portaria da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.
- (B) Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA.
- (C) Lei em sentido estrito.
- (D) Decreto do Governador do Estado.
- (E) Instrução Normativa conjunta da Secretaria de Turismo e do Meio Ambiente.

69. O capítulo que trata do Meio Ambiente na Constituição do Estado do Ceará estabelece uma série de obrigações, vedações e incumbências direcionadas ao Poder Público para garantir a proteção dos ecossistemas. Com base nas disposições expressas e literais desse texto constitucional, indique a afirmativa correta.

- (A) A realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) é obrigatória para qualquer obra pública ou privada no território estadual, independentemente do seu potencial de degradação, devendo o Estado arcar com os custos de sua elaboração.
- (B) O texto constitucional estadual proíbe, de forma absoluta e sem exceções, a introdução no Estado de qualquer substância potencialmente prejudicial à saúde ou ao meio ambiente, mesmo que para fins de pesquisa científica controlada.
- (C) É incumbência expressa do Poder Público estadual incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos hídricos, além de combater as causas da desertificação.
- (D) As terras devolutas estaduais necessárias à proteção dos ecossistemas naturais podem ser alienadas ou concedidas a particulares, desde que o adquirente assine um termo de compromisso de regeneração florestal perante o órgão estadual.
- (E) A fiscalização e o combate à poluição no Ceará são centralizados em um fundo financeiro único gerido pela Assembleia Legislativa, ficando as prefeituras proibidas de criar taxas ambientais locais.

70. O licenciamento ambiental é um dos instrumentos fundamentais da Política Nacional do Meio Ambiente, funcionando como um procedimento administrativo articulado entre diferentes entes federativos. No que diz respeito aos conceitos oficiais das licenças, às regras de competência administrativa e aos prazos procedimentais estabelecidos na legislação federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A Licença Prévia (LP) é concedida na fase preliminar do planejamento da atividade e possui, dentre suas atribuições legais textuais, a função de atestar a viabilidade ambiental do projeto e aprovar sua localização, além de estabelecer os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases.
- (B) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade deve ser requerida pelo empreendedor com a antecedência mínima de 60 dias da expiração de seu prazo de validade, o que garante a prorrogação automática da licença até a manifestação definitiva do órgão ambiental.
- (C) O Município é o ente competente para licenciar atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os seus limites territoriais, desde que o conselho estadual de meio ambiente delegue essa atribuição por meio de uma autorização simples.
- (D) Conforme as regras de competência da Lei Complementar nº 140/2011, se o órgão estadual responsável pelo licenciamento demorar para emitir uma licença além do prazo legal, o licenciamento é automaticamente transferido para o Município, que passa a ter competência supletiva total.
- (E) A Licença de Instalação (LI) autoriza o início das atividades operacionais da empresa e o funcionamento dos seus equipamentos de controle de poluição, tendo seu prazo de validade vinculado obrigatoriamente ao faturamento bruto anual do empreendimento.

QUESTÕES DISCURSIVAS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto de cada questão deverá conter a extensão máxima de **20 (vinte)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para a avaliação da questão discursiva.
- As questões discursivas poderão abordar quaisquer conteúdos constantes do programa de conhecimentos específicos dispostos no Anexo II do Edital.

Questão 1

A Política Estadual de Resíduos Sólidos, no âmbito do Estado do Ceará, entende regulação dos serviços públicos como o “modo através do qual se estabelecem padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, cujo objetivo é garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, bem como assegurar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, mediante mecanismos que induzam a eficiência dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade”.

Redija um texto descrevendo três dos onze princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos e descreva a correta fundamentação regulamentada sobre coleta seletiva; logística reversa; reciclagem; e reutilização, referendando-se, inclusive, na Política Federal correspondente.

Questão 2

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), através do Ato Normativo nº 365/2025, dispõe que “A Política de Sustentabilidade da ALECE norteará a concepção de gestão sustentável no Poder Legislativo, a qual deve primar pela responsabilidade e pelos impactos de suas decisões e atividades para a sociedade e meio ambiente, considerando as expectativas das partes interessadas e os interesses difusos e coletivos e, ainda, em conformidade com a legislação aplicável e consistente com as normas internacionais de direitos humanos, direitos sociais, proteção ao trabalho, ao meio ambiente e de comportamento”.

Considerando que “A Política de Sustentabilidade da ALECE tem como diretrizes centrais a adoção de medidas econômicas e socioambientais que visem ao gerenciamento eficiente e eficaz de bens e serviços, à integração de novas tecnologias, à adoção de uma política de dimensões econômica, sociocultural, ambiental e jurídico-política no cumprimento da missão do Poder Legislativo e um menor impacto socioambiental”, redija um texto referente a esta Política de Sustentabilidade, destacando as especificidades das dimensões econômica, sociocultural, ambiental e jurídico-política.

RASCUNHO - QUESTÃO 1

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO - QUESTÃO 2

1	
5	
10	
15	
20	

